

PREÂMBULO

A VERDADEIRA NOBREZA

Somente pessoas pusilânimes ou Estados fracos recorrem à vinganças, retaliações, violência. Não há, não pode haver paz, segurança, assentadas sobre perseguições, tirania, usurpações. Assim, um Estado confuso, sem rumo, um regime discricionário, arbitrário acabam, mais cedo ou mais tarde, por desmoronar. Estatutos rigorosos, leis muito severas, excessivas, impõem punições completamente desproporcionais aos crimes cometidos. Não aplicá-los (os juizes) trazem prejuízos à credibilidade do Estado; aplica-los ferem a equidade, a dignidade do mesmo Estado.

O Estado de direito, sabe-se, é essencial, uma condição ou mal necessários, mas não o suficiente - aliás muito longe dele - para exercer ou fazer (exercer) a justiça. Nunca sociedade sem lei, o espaço público torna-se inseguro. E leis não cumpridas ou violadas desprestigiam o Estado. O governo das leis torna-se, na verdade, o governo dos homens. Indivíduos astutos, quando não maléficis, perversos manipulam leis, as violentam em benefício próprio, muitos deles os seus próprios guardiães. Não é de se estranhar, de acordo com a mitologia grega, que a própria Astreia, a deusa da justiça, tenha fugido da Terra!

Devemos - e o podemos - resistir à ímpetus de represálias, invectivas, a quaisquer impulsos de vingança, pois estaremos cometendo os mesmos erros e rixas que imputamos ao outro. Não nos enobrecemos, momento algum, guerreando, ferindo, litigando. Somos, na verdade, depositários, recipiendários, sucessores das ações de nossos antepassados, da ancestralidade, recente ou remota, familiar, social, territorial, universal. Herdamos, ainda que imponderáveis ou imemoriais, todo um legado, um quantum de usurpação, de ilegitimidade, quando não de sangue e desonra. Afinal, herdamos ônus e bônus. Riquezas, patrimônios amealhados secularmente, à custa de guerras, saques, predação, genocídios ou da esperteza delinquente, qual é a sua autenticidade? Qual o seu crédito moral, histórico, consciencial, espiritual? O poder arbitrário, a seu próprio juízo consagrado, ainda que corporativo, classista, que valor terá? Os problemas de hoje enfrentados pelas atuais gerações, não terão suas origens ou fundamentação no passado?

O Estado reproduz, em grande parte, a dubiedade, a ambiguidade humanas. A imagem de gente escolhida, laureada, de hábitos socialmente limpos, mas com ações desordeiras, por vezes inconsequentes. Somos dissimulados, travessos, onde o corte, o talhe das vestes das gentes não combinam com a prática, em que as margens dos modelos ricamente trajados se distanciam, entre si, a cada conduta, a cada atitude. O clima externo de claustro, honradez, austeridade, mas internamente... "Por fora bela viola, por dentro pão bolorento", eis o refrão da infância. A afirmação, a roupa, a imagem não servem de garantia do conteúdo. Desconfiar-se das palavras doces ditas por biltres, ainda que empavonados, cingidos de louros. Daí, dizer-se que a honra é uma essência que não cai na vista; muitas vezes a tem quem nunca a teve!

Acesse o Boletim online no site www.credivertentes.com.br

AO PÉ DA FOGUEIRA DINHEIRO FÁCIL; O GOLPE DO DANO MORAL

O homem, de compleição franzina, carregando dois samburás ajustados às costas e que lhe desciam até as ilhargas, percorria as ruas da pequena cidade. Vendedor de painéis de pedra; segundo ele, produção artesanal, de inigualável qualidade, adquirida no Espírito Santo. Uma Kombi estacionada nas proximidades, ao rés da praça, servia de depósito e de locomoção ao vendedor, País afora.

Oferece o produto a D^a Florença, uma tecelã conceituada, senhora pelos seus 65, 68 anos, ali na porta da casa, apreciando a fresca da tarde.

- Quanto é?

O vendedor, verificando o interesse da senhora, desce os cestos, de onde, dentre os feixes de angarilhas, retira algumas painéis, de diferentes padrões e tamanhos. D^a Florença olha, apalpa, alisa, corre olhos e mãos várias vezes pelas peças, avalia cores, texturas, até que faz opção por uma delas.

- Esta aqui, quanto custa mesmo? Estou precisando para "fogar" arroz, confidencia

- Trinta reais, preço de ocasião, minha senhora.

- O senhor aguarde um tiquinho, que vou lá dentro buscar o dinheiro...

- A senhora, por acaso, não tem cheque? Com o cheque, posso lhe dar um prazo, esticar o pagamento...

- Tenho...

- Pois, prefiro então que a senhora me pague com cheque. "Seguro" ele pra senhora uns quinze dias, até mais...

- Mas, minhas filhas e netas não estão aqui agora. São elas quem costumam preencher os cheques, eu só assino...

- Não se avexe, dona. Eu mesmo preencho pra senhora...

Talonário na mão, o estranho preencheu o quadro do valor (trinta reais), deixando vasta lacuna à esquerda. Não fez o preenchimento da quantia por extenso, daí passando-o à simplória senhora para assinar. Cheque no bolso, com mil e um salamaleques, o ambulante se afasta, passando a ofertar seus produtos pelas residências vizinhas. D^a Florença se recolhe ao interior da casa, pondo a panela para curtir.

Passam-se umas três semanas. Pelo sistema de compensação interbancária, chega o cheque de D^a Florença, só que com o valor de R\$ 1.030,00. O funcionário da agência bancária local, conhecedor da pequena movimentação da cliente e ademais seu vizinho de quarteirão, cidade pequena, se assunta, se surpreende: - Deve ser alguma compra especial de material para a sua oficina de tear.

Não há saldo suficiente. Poderia simplesmente devolver o cheque. Aliás o que deveria ter feito. Liga para a residência da correntista, avisando-a sobre o cheque que entrara na compensação. Se era para devolver ou se seria feita a cobertura. Daí a pouco, D^a Florença, acompanhada de uma filha, comparece à agência, realizando tranquilamente o depósito, o que permitiu o pagamento normal do cheque recém apresentado. Não fazem elas quaisquer comentários, conversam normalmente com o gerente e outros clientes ali presentes, tendo D^a Florença, inclusive, se desculpada pela falta de numerário em sua conta.

Daí a três ou quatro semanas, a instituição financeira recebe notificação judicial. Com o conhecido palavreado e refrão já de todos conhecidos. Fora acionada por D^a Florença por severos danos morais e materiais. O advogado, em sua verborágica, censurável petição, elencava abomináveis delitos praticados pela casa bancária contra sua indefesa cliente. Fora ela coagida, estando em sua residência, sob téticas ameaças, a fazer depósito de forma a acobertar saldo devedor indevido; que não emitira cheque daquele valor; que o banco fraudara o cheque da cliente; que fora humilhada, por telefone e pessoalmente por funcionários; que fora ridicularizada publicamente no interior da agência ao ali comparecer; que estava sob tratamento médico e vira seu estado clínico se agravar em função dos fatos, tendo que se valer de medicação cara; que tivera que recorrer a agiotas famintos, pagando juros escorchantes, de forma a prover o depósito requisitado pela agência; que deprimida, deixara de trabalhar desde então, permanecendo sem rendimentos, que tivera incalculáveis danos materiais e morais etc. Basseiras comuns, infelizmente, em nossos tribunais, depreciando a filosofia e ética do direito e que deveriam ser coibidas, exemplarmente punidas. Pedia, ao final, uma indenização de 20 vezes o valor do depósito feito, mais custas, honorários e por aí afora.

A instituição procedeu à devida defesa nos autos e em juízo. Absurdas, falaciosas as colocações do advogado da reclamante. Na audiência, o juiz, de forma precisa, pondera à D^a Florença:

- Pelo que li e ouvi aqui, a senhora entregou um cheque praticamente em branco a um estranho, que o fraudou, quando a sra. poderia e deveria ter feito o pagamento em espécie; a senhora fez o depósito do saldo devedor sem questionar, comparecendo inclusive com uma das filhas à agência.

- Não foi assim que aconteceu. D^a Florença?

- Sim.

- Sofreu a senhora algum constrangimento, alguma ameaça por parte de funcionários do banco?

- Não...

- Por que a senhora entrou, então, com essa ação contra o banco?

- Ah, doutor, um dos meus netos, que é vendedor, está "apertado" com dívidas, precisa ainda comprar um carro para viagens e disseram a ele que eu, com essa história do cheque "alto" que veio, poderia arrancar um bom dinheiro do banco, daí o "dotô adevogado" me convenceu entrar com a ação...



ADIVINHAS

- 1 - Por que o porco é considerado o animal mais chique do mundo?
- 2- Por que um homem, sem nada para fazer, vive batendo no relógio?
- 3 -Por que quase todo cachorro late quando passa um carro perto dele?

Respostas: 1- Porque ele vive em um chiqueiro; 2- Para ver se consegue matar o tempo; 3- Porque ele não tem buzina.

Provérbios e A dágios

- O lobo caça na escuridão
- O pescador pesca em águas revoltas
- Uma no cravo, outra na ferradura
- Uma mão lava a outra e ambas lavam o rosto

Para refletir:

- A verdadeira viagem da descoberta não consiste em buscar novas paisagens, mas em ter novos olhos”
(Marcel Proust)
- “O que amas de verdade não te será arrancado; o que amas de verdade é tua herança verdadeira”
(Ezra Pound)
- Existe algo mais importante que viver e sonhar: despertar
(Antonio Machado)

EXPEDIENTE

QUEM SOMOS:

O boletim é uma iniciativa independente, voluntária, necessitando de apoio de todos os São-Tiaguenses, amigos de São Tiago e pessoas comprometidas com o processo e desenvolvimento de nossa região. Contribua conosco, pois somos a soma de todos os esforços e estamos contando com o seu.

Comissão/Redação: Adriana de Paula Sampaio Martins, Elisa Cibele Coelho, João Pinto de Oliveira, Paulo Melo.

Coordenação: Ana Clara de Paula

Revisão: Heloisa Helena V. Reis Oliveira.

Colaboração: Marcus Antônio Santiago; Instituto hist. Geográfico de São Tiago.

Apoio: Patricia Dayany Carvalho

E-mail: credivertentes@sicoobcredivertentes.com.br

COMO FALAR CONOSCO:

BANCO DE DADOS CULTURAIS/INSTITUTO SÃO TIAGO APÓSTOLO

Rua São José, nº 461/A - Centro

São Tiago/MG - CEP: 36.350-000

Celular: (32) 9 9912-2254 (horário comercial)

Falar com Patrícia Dayany Carvalho

NOTAS

ORIGEM DA PALAVRA ‘ESNOBE’

A famosa Universidade de Oxford, na Inglaterra, tinha filhos de fidalgos dentre a maioria de seus alunos matriculados. Recebia, porém, alunos que não pertenciam à nobreza. Um de seus professores fazia, no entanto, rígida distinção entre os moços oriundos da aristocracia e os da burguesia ou mesmo classes populares. Assim, quando o aluno era plebeu, escrevia ao lado de cada nome, a anotação: S.nob, que é a abreviatura, em latim, da expressão “sine nobilitate” (“sem nobreza”). Daí o inglês “snob”, aportuguesado para “esnobe”, “esnobar”, “esnobismo”, para designar pessoa vaidosa, presunçosa, que se faz de nobre sem sê-lo.

Segundo o Dicionário “Aurélio” – Esnobismo – 1. Tendência a desprezar relações humildes, a aferir os méritos pelas exterioridades e, pois, a admirar e/ou respeitar exageradamente os que têm grande prestígio ou alta posição social. 2. Exacerbado sentimento de superioridade; 3. Afetação de gosto e/ou de admiração excessiva ao que está em voga.

MUNICÍPIOS MINERADORES

Os municípios mineradores fazem jus à Cfem-Compensação Financeira pela exploração de recursos minerais, que, nos valores atuais, corresponde à alíquota de 1,5% sobre a venda do preço líquido do minério. Como sabemos, commodities como o minério bruto, sofrem grave queda de preço no mercado internacional em 2015.

A Associação Mineira de Municípios Mineradores-AMIG amparada pelo novo marco regulatório da mineração, pleiteia, negocial e judicialmente, a ampliação da alíquota para 2% sobre a venda do preço bruto e ainda assim, segundo a AMIG, continuariam sendo os royalties de minérios mais baixos do mundo. Uma miséria, uma farsa para compensar os estragos feitos, lembrando que o setor de mineração carrega imensos, impagáveis estigmas do passado e do presente junto à sociedade!

Num País em que o capital (grandes conglomerados) é mancomunado com políticos da qualidade que vemos aí pelas páginas policiais dos jornais, o que se pode esperar?! Até quando municípios (no caso os produtores de minérios) e população serão fraudados?! E São Tiago, quanto recebe de Cfem? Alguém acompanha a extração mineral em nosso território ou só se espera, sentado, cair algum trocado na conta corrente?!

ALGUNS “GARGALOS” DE NOSSA ECONOMIA (MINEIRA)

- Baixo valor agregado de nossas commodities (minérios, café etc)
- Pouca diversificação da produção
- Pesada, senão extorsiva carga tributária / desarranjo fiscal
- Baixa competitividade dos produtos
- Má gestão econômica / despesas perdulárias / incompetência administrativa

Realização:



Patrocínio:



Apoio Cultural:





Immanuel Kant (1724-1804), o filósofo da razão prática, ao abordar a questão ética e sua efetiva ação, leva-nos a três perguntas reflexivas, lapidares:

- O que posso saber?
- O que devo fazer?
- O que é lícito esperar?

São perguntas que devemos nos fazer, viabilizando-se nossa personalidade, nossa prática da cidadania, em especial num mundo sufocante, de podridão reinante, oriundo o odor pestilencial dos poleiros (classes) político-econômicos e culturais mais “altos”. Os preceitos éticos kantianos nos servindo, quicá, como um escafandro ou máscara!

É direito nosso o pleno acesso à informação, e, mais do que isso, à ação. É o que nos diz a Constituição Federal e demais códigos internacionais vigentes, dentre eles a Declaração Universal dos Direitos Humanos. Não podemos abrir mão do ideal, do exercício democráticos, da prevalência dos interesses da comunidade, da comunhão de valores, dentre eles o respeito pelo espaço e patrimônio coletivos – aí incluso o meio ambiente – pelos rumos éticos da humanidade. Devemos buscar saídas elevadas num mundo carcomido por privilégios, interesses corporativistas, corrupções, mesquinhas, o despuador endêmico.

Infelizmente, parte da sociedade está contaminada, outros segmentos desesperançados, levando muitos a se perderem, contagiados pelos mesmos vícios dos corruptos e ladravazes, numa letal inversão de valores, levando multidões à destruição íntima, social e espiritual.

É imprescindível que o cidadão reflita e aja, pois os ideais, por mais sublimados, dependem de mentes, vozes, braços para corporifica-los no meio social.

Nós, brasileiros, devemos estar despertos para nossa consciência cívica, nossos seculares princípios morais e espirituais, pela grandeza cultural, humana e territorial do País, pelos povos e culturas que nos formam, pela nossa criatividade, determinação, brios de um povo laborioso e sensível, hauridos de nossos antepassados, de nossa consolidada fé cristã, que nos cabem zelar e delegar às novas gerações.

Superaremos, sem dúvida, as dificuldades e desigualdades que nos açulam, assim as carências educacional, de saúde, saneamento, infraestrutura, mas principalmente de líderes dignos, de bons e probos condutores, de gestores zelosos, idôneos, capazes administrativa, moral e intelectualmente de servirem ao bem público. Melhores dias virão, e que sigamos as reflexões de Kant!

Mundo sob ameaça de colapso

Inúmeros cientistas e pensadores mundiais, dentre eles Dmitry Orlov, russo radicado nos Estados Unidos, vem alertando sobre as mudanças radicais, vertiginosas verificadas no mundo nos últimos tempos, colocando em risco a sustentabilidade planetária, a nossa civilização.

Em seu livro “Os cinco estágios do colapso” (Ed, Revan), Orlov menciona, sobremaneira, as falências e turbulências do sistema financeiro atual, do comércio, da política, do processo social e cultural. Para o autor, o atual sistema global, estruturado sobre especulações financeiras, endividamento, esgotamento de recursos naturais está desmoronando. Há uma bolha financeira geral, onde o crescimento econômico acha-se estagnado e a dívida mundial é insustentável. Vivemos um colonialismo financeiro, onde as instituições financeiras mundiais criaram uma “bomba de riqueza” hegemônica, extraindo recursos e dinheiro das nações em desenvolvimento e países periféricos.

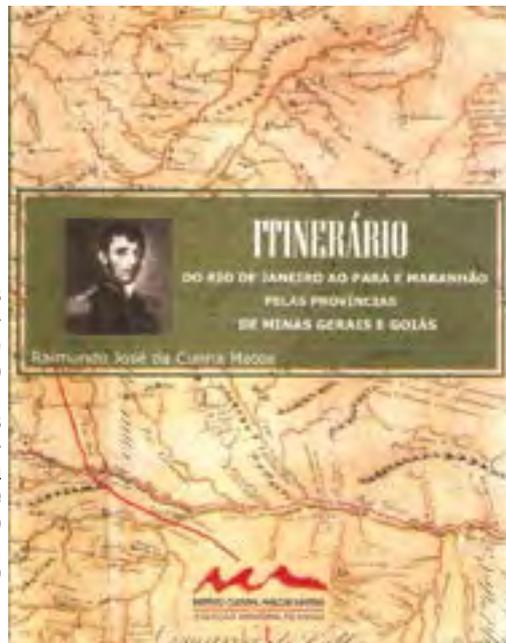
Outro tema é a ameaça da “tecnosfera” sobre a biosfera, em que a ruptura climática, a degradação ambiental, a exaustão dos recursos naturais são os pontos mais dramáticos. Um colapso financeiro-ambiental torna-se assim inevitável. Assistimos já os preços extremamente altos da energia; a falência dos produtores de petróleo e dos estados-nação (veja-se as terríveis guerras que ora ocorrem no Oriente Médio), a sobrecarga das grandes cidades com populações sob o risco de colapso (segurança, saúde, transporte).

O autor é crítico ferrenho do atual sistema de representação política profissionalizada, corrompida, manipulada pelo grande capital que hoje, na verdade, domina todos os poderes constituídos, senão o mundo. Vê ele, porém, um futuro brilhante para a cooperação, a democracia direta, praticada por pequenos grupos associativos (bairros, vilas, pequenas comunidades) Pessoas que se conhecem pessoalmente, com problemas comuns, organizados em regime de mutualidade, em torno da defesa de seus interesses. Pressupõe-se e cria-se, assim, uma sociedade e um economia mais resilientes, com abordagem diferente daquela ditada pela comunidade internacional e/ou pela oligarquia financeira que hoje dominam o mundo. No campo da agricultura, propõe culturas de subsistência, autossuficiência, menos dependente de adubação química (os insumos são geralmente importados, caros), pois o regime do agronegócio corre sérios riscos, caso haja colapso dos mercados externos, como ocorreu na crise de 1929. Haverá produção, mas não compradores. Um novo começo e um novo modo de ser, eis sua sugestão para países como o Brasil, atualmente muito vulneráveis ao “colapso”.

O General Brigadeiro Raimundo da Cunha Matos e suas passagens por nossa região

O General Brigadeiro Raimundo José da Cunha Matos, um militar de carreira que serviu às Coroas Portuguesa e Brasileira, realizou, por razões militares e políticas, inúmeras viagens e expedições entre o Rio de Janeiro, o Centro Oeste, Norte, Nordeste e ainda o Sul do País, registrando suas impressões em várias obras, dentre elas, o "Itinerário do Rio de Janeiro ao Pará e Maranhão pelas Províncias de Minas Gerais e Goiás" (Belo Horizonte, Instituto Cultural Amilcar Martins, 2004), da qual faremos aqui maiores comentários. Percebe-se pelos relatos que Cunha Matos dispunha de equipamentos como cronômetros, bússolas, mapas cartográficos, termômetros, porquanto discrimina horários (até minutos) percorridos, temperaturas do ambiente etc. A comitiva enfrentaria toda sorte de intempéries e desconfortos: chuvas incessantes, rios cheios, pontes que ruíram, campos inundados, animais peçonhentos. Viajou Cunha Matos por grandes extensões do território nacional, do leste a oeste, norte a sul, estudando atentamente nossa geografia, história, etnografia e economia, ainda que com incorreções (dadas as carências tecnológicas de então), o que lhe permitiu relacionar-se, ademais, com pessoas de todas as classes sociais, intelectuais, eclesiásticos, populares.

Grande amigo e admirador de nosso Estado e de nosso povo, para quem elaborou e dedicou sua obra "Corografia Histórica da Província de Minas Gerais – 1837", em 2 volumes, fruto de suas anotações, pesquisas, estudos geotopográficos, etnológicos e incansáveis viagens. Militar com atuação na Europa, África e Brasil, foi igualmente um estadista, humanista invejável, homem do povo, democrata, "um dos melhores homens do 1º Império", no dizer de Tarquinio de Oliveira. Combateu sempre os privilégios de classes sociais, de castas políticas, o que se pode deduzir ao longo de suas páginas, de suas atitudes, mesmo no âmbito militar e ainda de seus discursos quando deputado. Crítico, já em seu tempo, quanto à cultura e mentalidade extrativista (minérios em especial), os prejuízos ambientais e econômicos causados pelas queimadas, erosões, desmatamentos, assoreamentos de rios etc. Longânimo, generoso, mesmo quando lesado, afrontado, jamais se exalta, ou se faz valer de sua autoridade, de sua patente, de seu poder ou da força legal.



DADOS BIOGRÁFICOS - Raimundo José da Cunha Matos, um militar especialista em Artilharia e historiador luso-brasileiro, nasceu em Faro, Algarves, Portugal aos 02/11/1776 e faleceu no Rio de Janeiro aos 24/02/1839. Filho de Alexandre Manuel da Cunha Matos, militar da Artilharia Portuguesa e Isabel Teodora Cecília O. Fontes. Casado com sua prima Maria Venância Fontes Pereira de Melo⁽¹⁾ Em 1790, aos 14 anos, o jovem Raimundo sentou praça na Companhia dos Artífices do Regimento de Artilharia, onde servia seu pai, ai cursando matemática. Em 1793, combateu com as tropas portuguesas na Catalunha (Espanha) e em Roussillon (França), sendo ai ferido em combate. Em 1796, transferiu-se para a Marinha. Promovido a furriel (uma patente hoje correspondente a sargento), serviu na Nova Guiné (África), vindo depois a comandar, na condição de capitão, a Fortaleza de S. Sebastião da Barra nas Ilhas de São Tomé e Príncipe, exercendo ali, entre 1811 e 1814, os cargos de Provedor da Real Fazenda e Juiz de Alfândega e ainda as funções de governador interino. Permaneceria, ao todo, 19 anos em território africano. Em 1814, como major, foi transferido para o Brasil, atuando em 1817, já então tenente coronel, na repressão à Revolução Pernambucana, servindo ainda na Bahia. Em 1818, organizou como comandante da artilharia, a 1ª Brigada Miliciana e o sistema de defesa da costa nordestina brasileira. Em 1819, é nomeado Inspetor do Arsenal de Guerra no Rio de Janeiro. Promovido a brigadeiro em 12/03/1822. Após a Independência, adaptado à nova realidade política, por carta imperial de 22/03/1823, foi nomeado comandante de armas (governador) de Goiás, para onde parte em 08/04/1823, empossando-se em 16/06 em Vila Boa de Goiás. Por esta província seria eleito deputado em 1826, tomando posse no Rio de Janeiro em 01/05/1826. Em 1829, seria reeleito para o mandato seguinte, de 1830 a 1833, destacando-se na Assembleia Nacional pela oratória enérgica, franca, fluente, desembaraçada e elegante gesticulação⁽²⁾. Homem de estatura alta, magro, andava, falava e escrevia com extrema facilidade e rapidez. Inimigo fidalgo do ócio, de frivolidades. Realizou duas grandes viagens ao interior do Brasil, com a incumbência de fiscalizar a organização do Exército, princi-

palmente Centro Oeste e Norte, e avaliar estratégias em caso de invasão por países vizinhos (à época, décadas de 1820/1830, já se falava numa invasão paraguaia, pelo seu ditador Francia). Relatou suas impressões, dentre elas, no livro "Itinerário do Rio de Janeiro ao Pará e Maranhão pelas Províncias de Minas Gerais e Goiás", impressionando-se com a miséria dos sertões, a preguiça, a apatia dos seus moradores, a má administração, a prepotência, o desleixo dos governantes, com a fraqueza em geral da agricultura, indústria e comércio, e a falta do espírito empreendedor de nosso povo interiorano. Atuou ainda, em 1826, no Rio Grande do Sul, por ordens superiores, ao ensejo da Guerra Cisplatina, onde observou a fragilidade logística de nosso Exército, entrando em choque com o comandante Marques de Barbacena⁽³⁾. É nomeado Inspetor Geral do Arsenal do Exército em 1831, período em que viajou para a Europa, de onde estava ausente desde 1797. Coube-lhe ser testemunha do cerco do Porto, e da vitória de D. Pedro I, que abdicara do trono brasileiro (agora D. Pedro IV de Portugal) e sua entrada vitoriosa em 29/07/1833 em Lisboa, derrotando os exércitos de seu irmão D. Miguel, que usurpara o trono de sua sobrinha Maria da Glória, filha de D. Pedro I. Cunha Matos escreveria, a esse respeito, o livro "Episódio da guerra civil portuguesa" ou "Memórias da Campanha do Senhor D. Pedro de Alcântara, ex-Imperador do Brasil no reino de Portugal". Em 1834, é nomeado Comandante da Academia Militar. Promovido a Marechal de Campo em 07/09/1835. Neste ano, dirige a Sociedade Auxiliadora da Indústria, em cuja revista escreveria inúmeros e valiosos artigos. Em 1838, juntamente com o Cônego Januário da Cunha Barbosa, funda o Instituto Histórico e Geográfico do Brasil.

Algumas de suas Obras: Corografia Histórica da Província de Minas Gerais (1837); Carta Histórico-político-militar (1822); Corografia Histórica das Ilhas de São Tomé, Príncipe, Ano Bom e Fernando; Itinerário do Rio de Janeiro ao Pará e Maranhão pelas Províncias de Minas Gerais e Goiás (1836); Memórias da Campanha do Senhor Dom Pedro Alcântara no reino de Portugal (1833); Carta Corográfica plana da Província de Goiás e dos julgados de Araxá e Desemboque da Província de Minas Gerais (1836).

obviamente resquícios do regime escravagista, a que o Governo Republicano, em seu desdobraimento, agiria de forma desprezível, repressora, com dezenas de mortos, prisioneiros. Quando da Rebelião Republicana liderada por Frei Caneca, em Pernambuco (1817), mesmo servindo ao Exército Colonial Português, no combate ao movimento, Cunha Matos manifestou publicamente sua indignação pelos abusos, torturas e atrocidades cometidas contra os revoltosos vencidos. Foi sempre um severo crítico quanto à forma com que escravos e índios eram tratados (como animais) pelos senhores e governantes. Defensor da educação pública, obrigatória e gratuita para ambos os sexos. Faz fundadas observações, com embasamento histórico, sobre os abusos da administração colonial, os privilégios de nobres e funcionários da Coroa no Brasil, em especial os do executivo, judiciário e fiscal, as escorchantes modalidades de tributação, violências administrativas, civis, políticas e fiscais de então e de que, lamentavelmente, sofremos até hoje. Praticamente nada mudou!!!

NOTAS

(1) *Recém chegado das Ilhas de São Tomé e Príncipe, na patente de coronel, teria se casado na Bahia em 1817, onde fora forçado a desembarcar, porquanto o porto de Recife achava-se bloqueado, ao ensejo da Revolução Pernambucana. O casal teve os seguintes filhos: I – Libânio Augusto da Cunha Matos (Recife, 1817-Rio de Janeiro, 26/08/1866); II – Maria Eugênia da Cunha Matos (1820-?); III – Grácia Ermelinda da Cunha Matos (1821-Rio de Janeiro 1836). O falecimento precoce de Grácia Ermelinda provocaria grande e irreparável golpe físico-emocional em Cunha Matos, precipitando sua morte em 1839.*

(2) *Dentre as iniciativas do Cunha Matos no Congresso Nacional, registra-se o intransigente combate para o fim dos castigos físicos no Exército Imperial. Em vão sua luta, infâmia que persistiria ainda no Regime Republicano. Em 1910 eclodiria a "Revolta da Chibata", chefiada pelo marinheiro João Cândido Felisberto buscando os rebelados a suspensão de penalidades degradantes no seio das Forças Armadas,*

(3) *Campanha ou Guerra da Cisplatina (1826/1828) foi um conflito entre o Império Brasileiro e as Províncias Unidas do Prata (atual Argentina) pela posse da Província Oriental ou Cisplatina (atual Uruguai). O Exército Imperial achava-se desestruturado, recém-saído o Brasil das lutas da Independência (1822). Os soldados nativos, arrebanhados em várias partes do País, não se adequavam às normas bélicas e ainda aos campos de batalha nos Pampas. As tropas portuguesas, até então sediadas e ocupando a Cisplatina, tinham retornado a Portugal. Grande número de nossos soldados eram mercenários europeus. Ante o impasse da guerra, com vitórias e derrotas de ambas as partes, a fragilidade dos exércitos em conflito, optaram os contendores - em convenção assinada em 27/08/1828 - por reconhecerem a independência da Província Cisplatina, dando origem ao Uruguai. Foi uma séria, desastrosa derrota para o Império Brasileiro, quer pelos prejuízos humanos, materiais e políticos, quer pela alta carga de impostos lançados contra o povo brasileiro, naquilo que se denominou "uma guerra inútil, mal conduzida", com comandantes arrogantes, incompetentes, desgastando sobremaneira a imagem do Imperador D. Pedro I.*

Quando Cunha Matos esteve na front da Cisplatina, o Exército Imperial estava ali sob o comando provisório e desastroso do Marechal Felisberto Caldeira Brant Pontes de Oliveira Horta (Marquês de Barbacena), mais precisamente entre 26/11/1826 a 22/01/1828. Nesta data, o Marechal Carlos Frederico Lecor retomou o comando das tropas brasileiras. Cunha Matos tinha como objetivo reorganizar os recursos logísticos e de cavalaria, podendo observar/annotar crassos erros cometidos, não conseguindo, todavia, a aprovação do então comandante geral, Marquês de Barbacena para mudanças. Cunha Matos é literalmente dispensado, retornando ao Rio de Janeiro.

OBRA "ITINERÁRIO DO RIO DE JANEIRO AO PARÁ E MARANHÃO PELAS PROVÍNCIAS DE MINAS E GOIÁS"

Em seu gigantesco percurso Brasil a fora, o militar e sua comitiva passaram, diversas vezes, por áreas de nossa região, em particular pela Lajea (Resende Costa), São Tiago, bem como de Passa Tempo e Oliveira. Vejamos; A expedição de Cunha Matos saiu do Rio de Janeiro em 08/04/1823, entrando em Minas Gerais no dia 23/04/1823 e alcançando as terras goianas em 28/05/1823. Em seu regresso novamente a Goiás em 1825, passa por Minas, no período de 28/05 a 30/06/1825. No seu retorno definitivo ao Rio de Janeiro em 1826, passa, uma vez mais, por terras mineiras no período entre 27/03 a 25/04/1826.

O autor informa quanto à distância percorrida, por sua comitiva, do Maranhão ao Rio de Janeiro "...veja calculadas as marchas da Província do Maranhão até ao Rio de Janeiro em 679 léguas e 10 braças ou 686 e 2.760 ditas" ("Itinerário do Rio de Janeiro ao Pará e Maranhão pelas Províncias de Minas Gerais e Goiás" págs. 403/404).

Cunha Matos - a quem o historiador Tarquinio de Oliveira cognomina "Um soldado na tormenta" - faz, em seus relatos e apontamentos de viagem - na verdade um diário roteirístico, itinerante - consideráveis, inigualáveis observações: a descrição, não só da natureza, solo, fauna e flora, mas igualmente o retrato humano de nossa gente, perdida pelos longínquos sertões. Em suas páginas, aparecem tipos os mais díspares, merecendo ênfase os embusteiros e negociantes espertalhões de beira caminho; os "mandões", "senhores" das localidades por onde ele e comitiva visitadas, com suas ambições, intrigas; a hospitalidade e magnanimidade de nosso povo; os interiores das moradias; as desigualdades econômicas e sociais entre os núcleos percorridos, no decorrer do vasto itinerário; a pobreza e dificuldades de sobrevivência em que subsistiam as populações deixadas à mingua e ao desamparo pelo Poder Público, corroborando o secular divórcio entre Estado e Povo; o heroísmo, por toda a parte, de próceres da Igreja, geralmente párocos de cidadezinhas e de outros representantes da sociedade; a indolência de muitos habitantes, ainda ofuscados pela ilusão do minério, achando-se as minerações em decadência, a população em decréscimo, ao invés de se dedicarem à lavoura, às criações de gado; o considerável número de vagabundos, meretrizes; a miséria nas pequenas cidades e arraiais, em contraste com a abundância de roceiros e fazendeiros, que cultivavam fundos dos vales e glebas mais distantes, longe das estradas.

Cunha Matos faz, igualmente, interessantes anotações sobre o comércio clandestino, à margem do mercado, feito por inumeráveis tropas e réguas de muares, a transportarem minério, linho, tecidos finos, rebanhos, boiadas, couros, sola, selins, toda sorte de mercadorias; havia, dessa forma, um trânsito comercial intenso interprovinciais, direcionado até a Corte (Rio de Janeiro). O autor anota, ademais, por toda Minas e Goiás, o grande número de engenhos, em sua grande maioria ativos nas fazendas, comprovando o rigor da atividade açucareira, ao lado da expressiva produção agropecuária (lavouras de alimentos, milho, feijão, pecuária, criação de porcos), à exceção do remoto norte de Goiás, onde a pobreza era extrema. Pernoitaria Cunha Matos desde ricos solares, fazendas abastadas (onde seria servido com os mais finíssimos lençóis, as mesas mais opíparas) até casebres, ranchos, antros de imundície, os mais paupérrimos e isolados, onde primava a total indigência; tece elogios à hospitalidade dos mineiros, mantendo, inclusive, conversações com senhoras da sociedade, desmentindo a afirmação de outros viajantes de que as mulheres viviam enclausuradas; aponta o elevado número de vadios, mulheres licenciosas

e a desonestidade de moradores (o autor foi vítima, inclusive, de roubo de seus animais em Barbacena. Muito próximo a nós, foi vítima de achanço e extorsão por um rancheiro em Morro do Ferro, antigo arraial de São João Batista, fato que o estarreceu o experiente e famoso militar) Os trechos por ele percorridos em nossa região, no entorno de São João Del Rei, embora o declínio da mineração, eram relativamente pujantes, segundo suas observações, com comércio e agricultura expressivos, atividades manufatureiras, continua passagem de tropeiros, aumento da importação de escravos, dentre outros aspectos.

ROTEIRO E RELATOS DA COMITIVA DE CUNHA MATOS POR NOSSA REGIÃO - 1823

Saindo do Rio de Janeiro, como vimos, em 08/04/1823, a comitiva adentrou a Província de Minas em 23/04, passando por Juiz de Fora em 26/04, Barbacena em 01/05, onde consegue reforço de soldados para acompanhá-lo na marcha até Goiás. Prosseguindo sua jornada, passa pela região de Carandaí; em 04/05, domingo, fui "...ouvir missa ao Engenho do Capote, cujo proprietário, um clérigo moço pardo, me tratou com a mais extrema civildade e me deu um jantar abanquetado. Vive com a mãe e achei-lhe bastante instrução (...). Desmentiu a informação dada por alguns escritores estrangeiros acerca da ocultação de todas as senhoras quando tem hóspedes. Eu nunca encontrei esse costume ou ao menos não o praticaram comigo pessoas da melhor qualidade. Na Fazenda do Capote há grande casa de sobrado antiga e bom engenho de açúcar. Esta fazenda pertenceu à família dos Pamplonas de Minas Gerais" (pág. 32) Em 06/05, passa pela região da Serra de São José entre Prados, Tiradentes e São João Del Rei e em 07/05, adentra terras dos atuais municípios de Lagoa Dourada e Resende Costa. Passa pela "...casa do Sargento Mór de Ordenanças, Gervásio Pereira de Alvim, grande estabelecimento com engenho de água e capela de N. Sra. do Carmo. Está assentado sobre o rio dos Campos Gerais, nome que se dá à fazenda, onde há grandes plantações de cana, milho e feijão (...) Foi por convite dos filhos do proprietário (este não se achava em casa) que eu me apeei, e esta respeitável família, inclusive algumas senhoras mui bem vestidas, trataram-me com a maior distinção e delicadeza, no grande almoço que rapidamente me prepararam. Cheio de reconhecimento e tantos obséquios, pus-me em marcha ao meio dia (...) Nesta casa, vi cinco ou seis violas muito bem preparadas, o que mostra que as meninas e os filhos do Sr. Gervásio sabem tocar".

Nota - O Sargento Mor Gervásio Pereira de Alvim era genro do Cap. João de Rezende Costa, um dos inconfidentes.

Prossegue o autor: "À 1 hora e 40 minutos da tarde, passei pelo pequeno e agradável arraial da Lajea, onde existe uma antiga e decente capela de N. Sra. da Penha da França colocada em uma enorme rocha de granito quase a pique por um lado. Há no arraial várias casas menos más. Deste arraial, distam 5 léguas à vila de São João Del Rei, 4 a de São José e 4 ½ a de São Tiago. O caminho segue o rumo do Norte. Às 4 horas e ¼ cheguei à casa do Capitão Joaquim Pinto, sita sobre o ribeirão Santo Antonio, tendo antes atravessado os córregos do Retiro e do Pinhão, ambos com ponte e o mesmo rio de Santo Antonio que recebe os dois córregos e vai meter-se no Rio das Mortes, incorporado com o rio do Peixe. A casa do capitão Joaquim Pinto é mui extensa, térrea e ao longo dela há uma varanda de 120 palmos. Tem muitos bons quartos, camas mui limpas e todas as comodidades que se podem desejar (...) Logo que pus os pés em terra, um filho seu, cheio de civildade, apontando as câmaras que eu e meus camaradas de viagem e o ordenança havíamos de dormir (...), logo conduzindo-nos a uma larga sala de comer, que fica à entrada da varanda, junto ao oratório, apresentou-me uma mesa de muita extensão coberta de iguarias, doces e frutas de diversas qualidades (...) que podia faltar a 50 pessoas (...) havia imensa carne preparada por diversos modos, muitos legumes, arroz (...) A casa do Cap. Joaquim Pinto está mobiliada à antiga moda mineira; bancos e cadeiras de madeira pintada ou de sola; leitos de jacarandá lavrados e com boas armações, tudo muito simples, mas tudo muito asseado. A louça que vi na mesa é toda de estanho"

Faz referências ao relevo e barrancos ao longo dos trechos percorridos: "Os caminhos do dia de hoje são bons; e em alguns lugares há aberturas de imensa grandeza na terra argilosa. Estes barrancos parecem efeito das águas e chamam-lhe "terra podre", a qual é composta de estratos ou camadas de barro e greda de várias cores e mesmo de cascalho e calhau. O campo tem mais arvoredos do que a da marcha do dia de ontem. Encontrei hoje uma grande boiada e um rebanho de carneiros e cabras e uma vara de porcos que seguem para o Rio de Janeiro (...) Tenho visto algumas codornizes, ferreiros, melros amarelos, maritacas, papagaios e duas araras azuis e amarelas. O capim ou erva do campo é curto e de distância em distância algumas flores muito belas (págs. 36/37)

No dia 08 de maio, quinta feira, no trajeto a terras dos atuais municípios de São Tiago, Passa Tempo e Oliveira, diz: "montei a cavalo às 5 horas e ¾ e seguindo a estrada ao rumo do oeste, atravesssei três pequenos córregos, braços do Santo Antonio e às 6 horas e 35 minutos cheguei a outro córrego em que há uma pequena lájea de pedras. Às 7 horas e ¼

ficava-me à direita, fora da estrada, uma grande casa e um vasto canal de açúcar. Às 8 horas, atravessei o Rio do Peixe que vai ao Rio das Mortes; tem ponte de madeira e junto a ele fica a casa de José Jacinto, que é muito bom estabelecimento; aqui apeei-me, almocei (...) Às 11 horas, cheguei ao Córrego ou Buraco Fundo, que tem rancho muito pequeno; antes do Buraco Fundo passam-se dois córregos, braços do rio da Batalha ou Areão. No Buraco Fundo há um córrego que lhe deu o nome. Demorei aqui ¾. Às 11 horas e 55 minutos, cheguei ao miserabilíssimo rancho do Ouro Fino, tendo passado um córrego e o rio da Batalha, que, na sua margem esquerda tem o dito rancho. Este rio e o Buraco Fundo não tem pontes. A 1 hora e ¾ da tarde entrei no alegre e pequeno arraial de São João Batista, situado na margem direita do rio de São João, que entra no Rio Pará. No arraial de São João Batista, há quatorze casas e uma pobre capela dedicada ao santo, com três altares, dos quais o da Senhora do Rosário e o do Senhor dos Passos estão mui decentes. Os caminhos até este arraial não são maus, posto que atravessam morros de barro muito elevados. Há pelos campos muitas quebradas de terra podre, poucos capões e nas montanhas os matos são densos (...) Alojiei-me em uma pequena casa imunda e cheia de bichos de toda a qualidade e o estalajadeiro ou rancheiro do arraial comportou-se comigo como o mais cádimo ladrão de Espanha. Vendeu-me tudo pelo triplo do seu valor, galinhas, arroz, lenha, azeite, capim e sal; até a água fez-me pagar. Nunca vi um pirata mais descarado!" (págs. 37/38)

No dia 9 de maio, sexta feira, Cunha Matos relata sua saída do arraial de São João Batista "às 4 horas da manhã" em direção ao arraial de Oliveira. (...) "Às 9 horas e ¾ cheguei ao miserável rancho do Guilherme na margem esquerda do Rio Jacaré (...) E junto a este rancho, que fica na encruzilhada que passa pelo arraial de São Tiago para São João Del Rei (...) Às 11 horas passei o rio do Frederico que entra na direita do Jacaré daqui a ½ légua (...) Aos 40 minutos depois do meio dia, entrei no aprazível, vasto e bem colocado arraial de N. Sra. da Oliveira, situado na chapada e nas duas encostas de um elevado morro de argila vermelho (...) Este arraial consta de uma rua imensamente larga, na mais alta posição da qual se acha a igreja de N. Sra. da Oliveira, com três altares decentes (...) Após descrever o interior do templo, afirma o autor: "Algumas casas do arraial são espaçosas e aseadas; outras estão mui pouco limpas, a estalagem é péssima" (pág. 40). Faz referências às boticas, cirurgiões e ao cura (pároco) Pe. Manuel Fernandes Martins, também médico local, tendo este convidado o autor "para me hospedar em sua casa, onde me tratou com toda decência e ainda melhor vontade" (pág. 40) Conclui: "Os caminhos de São João Batista para o arraial de Oliveira são maus, altos, escarpados morros, muita pedra e grandes barrancos" (pág. 40)

O autor alerta para a grande incidência das "terras podres" (voçorocas e erosões): "O filósofo deve bem estudar as terras podres dos campos de Minas Gerais entre os arraiais da Lajea (R.Costa) e de N. Sra. da Oliveira" "É mui provável que estas terras podres, compostas de barro e greda solta ou sem viscosidade, deixem as suas partes crassas pelos leitos e margens dos rios e que as mais sutis vão diluídas e tingindo as águas, parar no oceano" (pág. 48)

Após Oliveira, a comitiva dirige-se em direção a São Bento de Tamanduá (Itapeperica), Formiga, terras do Alto São Francisco, Bambuí, Medeiros, Serra do Salitre, Patrocínio etc. adentrando Goiás em 28/05/1823 e daí o extremo norte do País

RETORNO DE GOIÁS EM 1824/1825

Nesta viagem, Cunha Matos retorna ao Rio de Janeiro, saindo de Goiás em finais de 1824, adentrando a Província de Minas Gerais em 24/03/1825. Percorreria, em grande parte, o mesmo itinerário e caminhos da ida, em 1823. Aproximando-se de nossa região, chego ao arraial da Oliveira em 06/04/1825 de onde "saí às 2 horas da tarde (...) andei até o rancho do Guilherme, na margem esquerda do Jacaré, ao rumo do sul. Neste lugar, deixei a estrada da esquerda que vai para o arraial de São João Batista e tomei a da direita que vai para São João Del Rei (...) daí até ao rio Jacaré (o ramo principal) e pouco adiante na sua margem esquerda está o engenho de açúcar de D^a Ana, onde pernoitei e fui muito bem tratado" (já no dia 07/04, tendo Cunha Matos, antes de chegar ao arraial de São Tiago, passado pelo Capão Grosso (págs. 233/234). Observemos agora suas perturbadoras informações sobre São Tiago:

8 de Abril, sexta feira – "Saí do engenho de D. Ana para o arraial de São Tiago através de um grande chapadão, ponto culminante das águas dos rios Jacaré e do Peixe, braços direitos dos rios das Mortes e Grande. Encontram-se vários capões e lugares de antigas minerações e cheguei ao arraial de São Tiago às 9 horas da manhã. Este arraial foi mui extenso e teve bons edifícios, a maior parte dos quais se acham em ruínas e os outros, desertos, sorte de todas as povoações procedidas da mineração. A igreja é vasta e formosa; não está muito maltratada. É tão grande a escassez neste arraial, que, dificilmente, encontrei duas galinhas e alguns ovos para jantar; e apenas vi quatro ou seis pessoas, as quais estavam vestidas como os mendigos mais miseráveis. O arraial de São Tiago fica 3 ½ léguas distante do de São João Batista, onde estive no dia 8 de maio de

1823; e 4 ½ léguas arredado do arraial da Lajea, onde igualmente passei no dia antecedente na minha marcha para Goiás" (pág. 234)

9 de Abril, sábado – "Às 4 horas da manhã sai do arraial de São Tiago e, caminhando por vastas campinas mui povoadas de codornizes, atravessei o rio do Peixe; descobri o arraial da Conceição, passei a ponte de madeira do rio das Mortes, acima do qual conflui pela margem esquerda do rio Carandaí; atravessei o arraial de São Gonçalo, muito decadente (...) entrei no leito de um regato e por ele cheguei à vila de São João Del Rei, extensa, rica, populosa, com bons edifícios e pontes de pedra sobre o ribeirão do Tejuco..." (pág. 234) O autor faz sérias restrições à atividade mineradora, atribuindo-lhe a causa de extrema pobreza dos arraiais de nossa região: "10 de Abril – Domingo "Hoje de manhã fui ver alguns templos desta vila e as escavações da serra do Lenheiro: encontrei-as transbordando de águas corruptas quase ao pé das habitações. Os grandes montões de calhau e cascalho que vi ontem e hoje e as covas cheias de água estagnada são os únicos benefícios que a mineração deixou à vila de São João Del Rei. Verdade é que a maior parte do povo pensa por outro modo, e os apologistas da mineração dizem que se não tivessem lavrado minas deste metal, não existiria a vila de São João Del Rei e os seus edifícios mui suntuosos. A refutação é fácil de fazer: os arraiais de São Tiago, São Gonçalo, Conceição e muitos outros são filhos da mineração, mas eles acham-se arruinados. É o comércio, é a agricultura, é a passagem continua dos tropeiros que dão vida e crescimento à vila de São João Del Rei. (...) Outro tanto posso dizer acerca dos arraiais criados pela mineração na Província de Goiás" (pág. 235) Após São João Del Rei, a comitiva passa pelo Elvas, Piedade, Ibertioga, Paraibuna e avante até o Rio de Janeiro, onde Cunha Matos chegou a 23/04, com o objetivo de tomar assento (posse) na Câmara dos Deputados, o que foi suspenso/adiado, porquanto Cunha Matos fora designado pelo Exército para a defesa do Mato Grosso ante a ameaça paraguaia – pág. 239

NOVAS VIAGENS ENTRE O RIO DE JANEIRO E GOIÁS

Dia 21/05/1825, retorna a Goiás, atendendo urgente determinação do Ministro da Guerra ante a propalada invasão de Cuiabá pelo ditador paraguaio Francia. Nesta viagem, já em nossa região, pernoita dia 10/06 no Engenho Santo Antonio, de propriedade do Cap. Joaquim Pinto; dia 11/06, pernoite no rancho do Rio Batalha ou Areão e dia 12/06 no rancho do Guilherme do Jacaré.

Com a nomeação do Marechal de Campo João Jácome de Bauman como novo Governador de Armas de Goiás, é-lhe determinado retornar ao Rio de Janeiro para tomar posse na Câmara dos Deputados. Assim Cunha Matos parte de Goiás em 09/03/1826, passando por nossa região entre os dias 11 a 15/04/1826 (págs. 251/252), chegando ao Rio de Janeiro em 3-/04. Seu itinerário: Dia 11/04 – pernoite no arraial de Oliveira; Dia 12/04 – pernoite no rancho do Guilherme; Dia 13/04 – pernoite no Buraco ou Córrego Fundo; Dia 14/04 – pernoite no Engenho dos Campos Gerais, casa do Capitão mór Gervásio Pereira Alvim. Escreve Cunha Matos: "15/04 – Da casa do Capitão mor Gervásio ou Engenho dos Campos Gerais vai-se para a vila de Barbacena, pela estrada que liga ao arraial dos Prados. Junto a este arraial, que é pequeno, tem igreja paroquial e está assentado em uma profunda cova; existe uma lagoa, cujo sangradouro se passa – depois dele o rio Caxambu, em cuja margem esquerda, há uma grande casa antiga e aí pernoitei..." (págs. 251/252)

ROUBO DE UMA MULA

Na passagem por Barbacena, em 01/05/1823, Cunha Matos tem a pior das impressões sobre alguns tipos de moradores, fazendo menção a vadios, meretrizes, ladrões. Diz "...os ranchos do córrego de Barbacena, a Pafos de Minas, reúnem um tão grande número de vadios (...) que bem poucas pessoas deixam de lamentar a perda de alguma coisa, a que estes cavaleiros da indústria podem lançar o olho e imediatamente a mão. O número de bestas que aqui se furta é incrível e não se passam horas sem que o Comandante do distrito receba queixas e reclamações, não só dos moradores da vila, mas também dos viandantes que se acomodam nos sobreditos ranchos" Seria o próprio Marechal uma das vítimas dos ladrões de muare de Barbacena, fato que, sobremaneira, o indignou!

"Estive na vila de Barbacena por me haverem furtado uma mula de que me fez presente o Exm^o. Sr. Antonio Joaquim da Costa Galvão, Governador de Armas do Mato Grosso (...) Com o sentimento do furto da mula, vim (...) pernoitar no engenho além dos Valinhos (...) No Rio de Janeiro, vim a saber que o mesmo meu tropeiro foi o ladrão da mula que desapareceu em Barbacena; e vendeu-a por 85\$000 réis. De tais acontecimentos, ninguém se pode livrar; o roubo de uma besta durante uma marcha terrestre é semelhante ao desarvoramento de um mastro de qualquer navio no mar. Todas as cautelas são poucas na escolha de tropeiros e camaradas de estrada; mas de um ladrão de casa ninguém se pode escapar (...) No dia 01 de Maio de 1823, quando falei acerca de roubos de bestas nos ranchos de Barbacena, vaticinava que aí mesmo furtariam a bela mula com que tinha sido obsequiado" (pág. 252/253)

CUNHA MATOS E OUTROS APONTAMENTOS SOBRE NOSSA REGIÃO

Em sua obra “Corografia Histórica da Província de Minas Gerais (1837) (Belo Horizonte, Ed. Itatiaia – São Paulo, Editora da Universidade de São Paulo, 1981), extraímos alguns apontamentos ou mesmo curiosidades, assim registrados por Cunha Matos:

- “Dito de São Thiago (1º distrito) Foi muito extenso e hoje está quase em ruínas. Dista 7 léguas da cabeça do terno (Vila de São João Del Rei). Tem 85 fogos e 537 almas” (relação de 6,3 moradores por residência) pág. 117
- “O Rio do Peixe como o Ribeirão de Santo Antonio entra na margem direita do Rio Grande, adiante da Passagem de Macaia. O arraial de Santiago, consideravelmente destruído, fica perto da margem direita deste rio” (pág. 256)
- “Dito da Lágua (Resende Costa)– edificada sobre uma elevada rocha granítica na margem esquerda do Córrego do Retiro, que entra no Rio de Santo Antonio, braço do Rio do Peixe, que se perde no Rio das Mortes. Tem 87 fogos e 710 almas”
- “Dito de Oliveira – extenso e bem colocado sobre um ribeirão que entra no Rio Jacaré (...) O seu 1º distrito tem 229 fogos e 1176 almas; o 2º distrito tem 158 fogos e 1211 almas”
- “Dito de Passatempo – situado na margem esquerda do ribeirão deste nome que entra no Rio Pará. Tem 164 fogos e 1080 almas”
- “Dito de São João Batista (Morro do Ferro): assentado em terreno aprazível na margem direita do Ribeirão de São João (ou do Peixe) que entra no Rio Pará. Tem junto a igreja 14 casas todas humildes. Tem 79 fogos e 741 almas” (págs. 124/125)

RESUMO ESTATÍSTICO DE SÃO JOÃO DEL REI

S. Rita – 127 fogos – 1.133 almas (8,9 almas/fogo)
Santiago – 85 fogos – 537 almas (6,3 almas/fogos).

(pág. 121)

Sobre o Brig. Raimundo José da Cunha Mattos ver ainda matéria em nosso boletim nº LXI, outubro/2012

MATÉRIA 'Inconfidência Mineira em nossa região'

Retificações – Na matéria “A Inconfidência mineira em nossa região” publicada em nosso boletim edição nº CII, Março/2016, ocorreram alguns erros de digitação/transcrição e que, pelo presente, retificamos:

- No box “Carlos Toledo, um inconfidente emblemático”, onde está escrito “...uma família de cristãos novos”, leia-se “uma família de cristãos velhos” (pág.7)

Uma curiosidade: O Pe. Carlos Toledo, da freguesia de São José (Tiradentes) foi padrinho de batismo de Inácia Bárbara Feliciano de Mello, filha de José Gonçalves de Mello e Dª Mariana Rosa de Jesus, na Capela de São Tiago, aos 01/05/1788, o que confirma sua passagem/presença entre nós.

(Fonte: Projeto Compartilhar – João Gonçalves de Mello)

MATÉRIA 'SAINT HILAIRE'

(publicada em nosso boletim nº LXX, julho/2013), escrevemos que “o cientista faz referências mais próximas à Fazenda do Tanque, nas adjacências de Ritópolis, cujo proprietário era um sacerdote, talvez o Pe. Crispiniano.” Baseamo-nos na oralidade local-regional. O fato, porém, é que Pe. Crispiniano Antonio dos Santos tornou-se capelão em 1853, enquanto o botânico francês Auguste de Saint Hilaire atravessou a região (terras dos atuais municípios de Ritópolis, Conceição da Barra, São Tiago, Oliveira) em inícios de 1819. Saint Hilaire, que, demonstrou em seus escritos, perplexidade e um misto de indignação pela infestação de padres fazendeiros e escravistas, ao passar pela Fazenda do Tanque, omitiu, talvez propositadamente, o nome do proprietário, justamente por ser sacerdote. E que, como veremos, ao longo desta nota, dadas as confluências cronológicas, este proprietário seria o Pe. Francisco Ferreira da Silva (1772-1843)

A Fazenda do Tanque pertenceu igualmente ao Pe. Francisco Xavier de Moura, nascido por volta de 1736 em S. João Del Rei. Era filho de Antonio de Moura e Dª Rosa Maria Buena, casados em São Paulo em 1720. Ditou seu testamento na Fazenda do Tanque aos 23/11/1807, sendo inventariado em 1808 (<http://www.projeto.compartilhar.org/DocsMgAF/franciscoxavierdemouraPadre1807.htm>) Tinha ele ainda outro irmão sacerdote, Pe. Vitoriano da Paixão (que tirou sua inquirição De Genere em 1758 – <http://www.projeto.compartilhar.org/DocsMgMZ/vitorianodapaixao1758.htm>). O pesquisador Vinicius Mata, nosso conterrâneo, amigo, a quem cumprimentamos, pois muito nos tem ajudado, localizou a carta de sesmaria passada ao Pe. Francisco Xavier de Moura em 30 de maio de 1764, requisitando meia légua de terra em quadra “em uma parte do Rio das Mortes, termo da Vila de São Jose, no desterro de Nossa Senhora da Conceição da Barra”, certamente a Fazenda do Tanque (http://bdib.bn.br/acervo/bitstream/handle/123456789/98217/AHU_ACL_CU_005%2c%20Cx.%2092%2c%20D.%2026.pdf?sequence=1&isAllowed=y)

Outro sacerdote proprietário da Fazenda do Tanque, como já vimos, foi o Pe. Francisco Ferreira da Silva, batizado aos 12/08/1772 na Igreja do Pilar em São João Del-Rei, filho de José Ferreira da Silva (+ 15/03/1810) e Dª Maria Cleofa Bueno (+ 14/02/1824, com testamento datado de 12/09/1822)

Pe. Francisco Ferreira foi vigário de Conceição da Barra e segundo historiadores, o último dos grandes mineradores a explorar lavras nas margens do Rio das Mortes e praticamente em toda a região de São João Del-Rei. Proprietário da Fazenda do Tanque, foi recenseado por Von Eschege em 1814, na classificação “minerador” (lavras de ouro), distrito de Nossa Senhora da Conceição (Conceição da Barra), sendo lavras de tabuleiro (em sociedade com terceiros) com 38 escravos e ainda exploração isolada, com lavras de grupiara, contando 12 escravos (“Pluto Brasiliensis” vol. 2, B.Horizonte/S.Paulo, Ed. Itatiaia/Edusp, 1979, pág. 44).

A Fazenda do Tanque, além de mineração, contava com 2 engenhos (de moer cana), um movido a água, o outro com bois, sendo esta a principal atividade e fonte de renda, no censo de 1840, contando a fazenda, então, 60 escravos, velhos africanos, em sua maioria. Em seu testamento redigido em 1837 e aberto em 1843, Pe. Francisco Ferreira da Silva reconheceu quatro filhos naturais: I – Joaquim Ferreira da Silva, morador em Catalão (GO); II – Páscoa Maria Xavier Ferreira, c/c Simão Antonio de Siqueira, este filho natural de Brás Freire de Siqueira; III – Joaquina da Silva Xavier, moradora em Além Paraíba (MG); IV – Maria Madalena.

A Fazenda do Tanque, após a morte de Pe. Francisco Ferreira da Silva, pertenceu ao Cap. Bernardo José Gomes Carneiro, conforme seu inventário de 1847 e daí Antonio Joaquim de Almeida (+ 15/04/1861), casado com Dª Feliciano Cardoso de Almeida (ou Andrade), batizada aos 15/08/1803. O casal Antonio Joaquim de Almeida e Dª Feliciano Cardoso de Almeida (Andrade) eram proprietário(s) de vastas extensões de terras, dentre elas as Fazendas Congo Fino (S. Rita), Beltrão, Fontes, Caxambu, Fazenda da Mata e Capão da Mata (S.Tiago), Fazenda do Tanque, etc.

(Fonte: Projeto Compartilhar)

“REVOLTA DE CARRANCAS”

Matéria publicada em nosso boletim nº CI, fevereiro/2016, também ficou conhecida como “Levante da Bela Cruz”, nome da propriedade do fazendeiro Gabriel Francisco de Andrade Junqueira, um dos assassinados pelos escravos rebelados, aos 13/05/1833, em Baependi.

(Fonte: MSJDR – inventário – cx. 03-23)

ANTIGOS RANCHOS E POUSOS

Inúmeras cidades e aglomerados urbanos em todo o País surgiram a partir de ranchos ou pousos, instalados precariamente por viajantes, mineradores, aventureiros. Eram inicialmente toscos abrigos contra as intempéries do tempo e do meio, a que os moradores, que, por ali, por quaisquer razões, iam se fixando, acrescentavam uma vendinha, um cruzeiro, uma capelinha como símbolos da fé cristã dos primeiros desbravadores. Assim surgiria grande parte das cidades mineiras⁽¹⁾.

Épocas especialmente aí pelo final do séc. XVII e ao longo do séc. XVIII, de penetração de bandeiras, sertanistas, tropeiros, mascates, expedicionários, temerários, tráfugas de toda ordem que demandavam os sertões em busca de riquezas e aventuras. Homens seduzidos pelas perspectivas de se encontrar ouro fácil dentre os socavões das serras, a fortuna a aflorar nos aluviões e encostas dos rios. Lembrando que muitas das rotas utilizadas pelos desbravadores já existiam antes da descoberta do Brasil, pois eram milenares caminhos indígenas, os peabirus, que cortavam os sertões e matas virgens do imenso País, de leste a oeste, de norte a sul. Gente que, com seus afazeres, proezas, fragilidades, pioneirismo, forjou nossa identidade, lançou os alicerces da nacionalidade.

Tempos de isolamento, da mais dura sobrevivência, de variações topográficas e climáticas, de ter que se produzir a maior parte dos alimentos. Dificuldades e deficiências de toda sorte: atoleiros, temporais frequentes, terrenos montanhosos, trechos íngremes, serranias inóspitas, rios caudalosos, enfrentamento de feras, silvícolas, salteadores. Núcleos urbanos

surgidos e sedimentados com as raízes da intrepidez humana, da pluralidade étnica, das belezas naturais e diversidade da fauna e flora, do tropeirismo e passagem contínua de caravanas, carros de bois, viajantes de todas as bandas.

Os meios de transporte terrestres eram praticamente a cavalo, com turrões, albardas, cangalhas, jacás ou ainda com a utilização de carros de bois. Inenarráveis as privações, incômodos sofridos pelos viajantes, em especial nos ranchos. Ratos, piolhos, bichos de pé, carrapatos, morcegos, o mau cheiro das cangalhas das bestas, a gritaria dos arrieiros, riscos constantes de assaltantes eram, em si, intoleráveis. Em muitas dessas estalagens ou pousos havia um estabelecimento, uma taberna onde se podia encontrar itens alimentícios – por preços geralmente extorsivos – biscoitos, toucinho, feijão, milho, queijo, alho, cachaça, aves, ovos.

Os viajantes mais abastados hospedavam-se em casas de moradores ao longo das estradas, principalmente se recomendados ou amigos. Havia, outrossim, os que levavam barracas, toldos, redes, utensílios de cama e cozinha.



NOTA

(1) Outros núcleos originadores de cidades mineiras, segundo historiadores, foram estações ferroviárias, refúgios de marginais, refúgios de perseguidos políticos ou religiosos, quilombos, postos de fiscalização, postos de catequese de índios, localização de indústrias, núcleos de colonização dirigida, iniciativas da administração pública ou particulares, doações para fins religiosos, promessas etc.

A maioria das cidades de nossa região teve sua origem em acampamentos mineradores, no trânsito de tropas, em promessas religiosas. Lara Resende em suas “Memórias I – de Belo Vale ao Caraca” informa-nos: “...o Arraial da Laje (Resende Costa) teve origem nos ranchos de tropas ali construídos na segunda metade do século dezoito e cruzados por duas estradas, indo uma do norte ao sul da Província, outra do leste para oeste. Acampando naqueles ranchos, não poucos viajantes, às vezes aventureiros, afastados do convívio familiar, por ali permaneciam (...). Os habitantes do primitivo arraial da Laje nunca foram fazendeiros como eram os Resendes, os Laras, os Pintos e Góis, os Rodrigues, os Ribeiros, os Maias, os Sousas... Eram artesãos e mercadores, moradores da rua...” (op. cit. pág. 100)

O PAPEL DOS MUARES

As bestas muares carregadas percorriam entre 3 ½ a 4 ½ léguas diariamente. Uma besta carregava de 8 a 12 arrobas, enquanto o carro de bois, com três juntas, podia transportar até 100 arrobas. Se com pequena carga, a besta conseguia fazer até 8 léguas/dia.

As tropas de bestas eram divididas em lotes de 7 a 12 animais, sob o comando de um tocador, geralmente a pé, para guiar as alimárias; o arreador que executava diversas funções (ferrador, alveitar ou veterinário prático etc.) as tropas saíam dos ranchos ao amanhecer, chegando à tarde ao barracão ou acampamento seguinte. Muitos dessas acomodações eram cobertas de telhas, palha ou capim sapé.

Assim que chegavam, as cargas eram cuidadosamente descarregadas. As cangalhas e albardas postas para secar, de forma a eliminar-se o suor das bestas. Após secas, as cangalhas eram dispostas em pilhas no interior do rancho. Tão logo desarreadas, soltas pelos pastos e mangueirões, punham-se as bestas a correr, a saltar, a espojar-se, porquanto livres, aliviadas das pesadas cargas, geralmente de 12 arrobas. Por vezes, recebiam ração de milho, retirada de bernal pelo tratador. Nem sempre se encontravam pastagens próximas aos ranchos, tendo os tropeiros e viajantes que levarem suas bestas a pastos distantes, com inúmeros riscos e prejuízos: sumiço ou extravio de animais, roubos, desgarramento etc.

ALIMENTAÇÃO

A comida era feita ali mesmo. Os tropeiros portavam vários utensílios e apetrechos indispensáveis como panelas, facão, machado, cafeteira (para se fazer café ou chá de congonha) Lenha recolhida na mata próxima; feijão temperado com toucinho, cozido em panela de ferro, suspensa por uma argola, fixa a uma trempe (cábrea) de mais ou menos três varas com 6 palmos de altura. Em outra caçarola grande de ferro, derretia-se o toucinho, cujo pingo, liquefeito ou queimado, servia para temperar o feijão cozido, que, por sua vez, era misturado à farinha de milho ou mandioca.

Tipos de alojamento – O mineiro em si sempre foi hospitaleiro, generoso, em particular aos que lhe geravam confiança. Abusos de alguns viajantes, embustes de outros passaram a recomendar cautela, desconfiança, suspicácia por parte dos moradores, principalmente nas fazendas, vivendas e pequenas povoações.

Os viajantes, em suas intermináveis rotas, encontravam diferentes modalidades de alojamento, dependendo das condições do meio: pouso, rancho, venda, estalagem ou hospedaria. Os ranchos, vendas e abrigos, muitos deles sem a mínima comodidade, foram surgindo em função das grandes distâncias entre as áreas habitadas, ao lado do trânsito regular e crescente

de tropas e viajantes.

O pouso era o local onde os tropeiros e viajantes, com seus ponchos e chapéu de palha, acampavam, aí preparando as refeições ou passando a noite ao relento. Obtida a autorização do proprietário, o tropeiro alimentava seus animais, levava-os ao pasto e se acomodava para dormir, juntamente com os companheiros de viagem, apinhados em meio a arreatas, cargas, couros, canastras e bruacas da tropa.

O rancho era um galpão amplo, de terra batida, erguido sobre esteios ou pilares de madeira, com cobertura de sapé. Era o local onde, após soltos os animais para descanso no campo, os viajantes armavam o tripé de pau ou de ferro, aí dependurando o caldeirão com feijão, carne seca, a chaleira de café ou chá de congonha fumegantes. Os ranchos, geralmente, eram ponto de venda da produção rural local, em especial milho, sendo o negócio lucrativo para os produtores e mesmo tropeiros que ali desciam mercadorias e se reabasteciam com produtos locais para revenda em outros pontos do caminho.

A venda era o centro de atividades da povoação. Ali se encontrava a cachaça, o sal, açúcar, feijão, ferraduras, couros, arreatas, carne seca, fumo em corda, armas de fogo, cabeças de alho, alguns livros religiosos, ícones de santos. Muitos desses vendedores tornar-se-iam poderosos e inescrupulosos potentados⁽¹⁾. Os viajantes hospedados em quartos geralmente estreitos, escuros, dormindo sobre jiraus ou catres, tendo à disposição alguma gamela para buscar água em alguma bica ou nascente próximas.

As estalagens ou hospedarias⁽²⁾ surgiram mais tarde, à medida que o progresso e a riqueza se fixavam pelos sertões. Eram construções com quartos de terra batida ou adobada, teto sem forro, jiraus ou catres com colchão de capim, travesseiros recheados de palha de milho, paina ou macela. Ao fundo ou ao canto, uma urinol de ferro estanhado, uma lamparina de azeite, por vezes uma tosca mesa ou cabideiro. Por café da manhã, adoçado com rapadura, queijos, biscoitos de polvilho e fubá. Almoço: feijão com angu, torresmos, chuchu, quiabo, abóbora, carne eventualmente uma galinha ou animal caçado nas redondezas. Jantar: alguma sopa, o trivial ou as sobras do almoço, transformadas num “mexido”, não faltando como complemento o vinho ou aguardente.

“Sociedade mineira, primordialmente urbana, exigia o desenvolvimento de vasta rede de trocas, capaz de supri-la de alimentos e de produtos manufaturados. Aparece intenso comércio interno de artigos de subsistência; a circulação de gêneros obrigou a abertura de vias de penetração no sertão, a criação de um sistema de transportes baseado no mar. Foi no oitocentos, em função do abastecimento das minas, que surgiram os mais

importantes caminhos do Brasil colonial” (Mafalda Zemella – “O abastecimento das Minas Gerais no século XVIII”, boletim nº 18, FFCL/USP)

O esgotamento das minas propiciou a transformação das fazendas – fundadas na autossuficiência e no vasto contingente de mão de obra escrava – em suporte econômico da Província, não só para subsistência, mas igualmente para abastecimento urbano e exportação, inclusive e em especial para a Corte (Rio de Janeiro). São João Del-Rei, em nosso meio, viria assim a se tornar um “distrito cerealista”, um polo comercial atacadista- varejista de vital importância regional e interprovincial, direcionado principalmente para o abastecimento da Corte.

Além da agropecuária, outra notável atividade em Minas foi a produção de ferro, com a ativação de forjas e tendas, bem como a indústria têxtil com seus teares e a produção de peças em algodão, linho e lã; os engenhos de açúcar e destilarias. Só as lavouras de café, em destaque as da Zona da Mata, chegaram a ocupar 25% do total de escravos rurais (os 75% restantes empregados em atividades ligadas à produção e ao abastecimento interno). Historiadores afirmam que 4/5 da população ativa de Minas achava-se integrada ao setor de mercado interno ou de subsistência, incluindo artesãos, tropeiros, comerciantes etc.

Minas, após a decadência mineradora, tornara-se uma sociedade pluriestratificada, com considerável mobilidade e divisão de trabalho, daí advindo várias atividades não vinculadas à mineração. A perda do vigor da mineração (retração aurífera) deu lugar a uma economia agrícola embasada na fazenda mineira, com vigorosa produção, consorciada de forma mista – mineração, gado e agricultura. “Trata-se de grandes propriedades escravagistas voltadas para o abastecimento interno. Criada para o abastecimento das Gerais, no século XVIII, a economia regional manteria a mesma natureza através do direcionamento de fluxo de seu excedente para o mercado do Rio de Janeiro” (Alcir Lenharo – “As tropas da Moderação”, Ed. Símbolo, S.Paulo, 1979, pág. 36).

NOTAS

(1) Saint Hilaire anotou, a este respeito: “Em cada povoação, existe, geralmente, um homem rico, que vende assim mercadorias a crédito a todos os seus vizinhos e que, por isso, os mantém em completa dependência. O comprador de poucos recursos não ousa recusar nada, a quem, por assim dizer, se tornou o árbitro da sorte de sua família”.

(2) Uma das mais famosas hospedarias ou estalagens de toda a nossa região, finais do séc. XIX e inícios do séc. XX, era de propriedade do Sr. Sabino Ferreira de Resende em São Tiago, no centro do arraial. Sabino era ainda o maior comerciante local, além de alugar pastos para boiadas e tropas, mantendo ainda uma conceituada padaria com a produção de biscoitos e quitandas típicas, sob a coordenação de sua esposa Maria Madalena (“Siá Cotinha”) era ela filha do 1º casamento do Cap. João Pereira.

Fora da área urbana, praticamente todas as fazendas, mesmo as de condições físicas mais precárias, acolhiam viajantes. A hospitalidade sempre foi um dos princípios da mineiridade.

GLOSSÁRIO

- **Acovilhar** - cobrir as brasas do fogo com cinzas
- **Almocreve** - homem que conduz bestas de carga; recoveiro; arrocheiro
- **Alpondras** - passagem feita de pedras no leito do rio para a sua travessia de uma margem à outra; passadeira
- **Bivaque** - acampamento ao ar livre
- **Cábrea** - espécie de guindaste, com duas ou três pernas convergentes no topo, servindo para suspender materiais, peças etc.
- **Caluje** - rancho; casebre de palha
- **Camarata** - dormitório coletivo (colégios, quartéis, albergues, hospedarias etc)
- **Caritô** - casinhola; habitação pobre
- **Coroboca** - lugar ermo, longínquo; cafundó
- **Frago** - indícios de passagem de caça viva (Ex. excrementos, pisadas etc)
- **Garril** - obstáculo intencional para prejudicar o trânsito de cavaleiros ou veículos (ex. uma árvore caída, disposta para impedir passagem); armadilha
- **Grunha** - concavidade nas serras
- **Guacapi** - cada um dos paus sobre os quais se constrói o jirau
- **Guapira** - lugar onde começa um vale ou nascente
- **Itupava** - pequena queda d’água; corredeira
- **Lezíria** - terra alagadiça e plana às margens de um rio
- **Lumeeira** - archote feito de palha
- **Mocambo** - choupana; cerrado de mato ou moitas onde se esconde o gado; couto de escravos fugidos
- **Mofumbo** - lugar escuro; esconderijo
- **Morraça** - isca de trapos para se acender lume
- **Mucufa** - casa suja, de construção ordinária
- **Mundonga** - pântano; várzea lamacenta
- **Mupicar** - marcar o caminho na mata densa quebrando ramos na passagem, a fim de se orientar na volta
- **Mutá** - escada tosca utilizada para se trepar em árvores; estrado alto ou assento feitos no mato ou à beira d’água ou no tronco das árvores para a espera de caça, pesca etc.
- **Papiri** - abrigo contra chuva feito de folhas ou capim na floresta, à mar-

gem dos rios

- **Poiá** - fogão rústico, formado de pedras, sobre as quais se assentam painéis, tachos etc: tacuruba
- **Quejeme** - rancho ou maloca de caboclo (BA)
- **Quimbembe** - casa rústica; cabana; rancho de palha
- **Récua** - grupo de bestas de carga, presas umas às outras
- **Sesteada** - lugar no campo ou ao ar livre, onde viajantes, tropeiros, carreteiros almoçam e tiram a sesta; bivaque
- **Socalco** - espécie de degraus numa encosta sustentado por pedras, muros ou botaréus
- **Tacuruba** - trempe feita de três pedras onde se assentam as painéis ou tachos; poiá
- **Tapejara** - pessoa prática, hábil, entendida, conhecedora dos caminhos de uma região; também chamado de vaqueano ou baqueano: guia campestre
- **Tapiri** - choupana; rancho; papiri
- **Tapuisa** - rancho improvisado; choça de caçadores e exploradores
- **Tercena** - tulha ou silo de cereais à beira de um curso d’água
- **Tijupá** - palhoça; choupana; rancho; toldo de canoa
- **Torroada** - fendas nos terrenos alagadiços quando secam
- **Tucuruva** - fogão (ou forno) feito com casa de cupim
- **Tupé** - esteira na qual se espalham os produtos colhidos na lavoura para secarem.

FRAGILIDADES DAS CONSTRUÇÕES

Algo que chamou a atenção de vários viajantes que atravessaram o território mineiro, no passado - e por eles relatado à larga - era a rusticidade da maioria das fazendas. Havia, obviamente, fazendas pomposas, porém raras e assim mencionadas pelos viajantes.

“Embora essa fazenda não seja das menores, ela conta apenas como tantas (...) com um punhado de casinhas dispostas desordenadamente, entre as quais mal se distingue a do proprietário”, assim se referiu Auguste Saint Hilaire a uma fazenda da região de Araxá (“Viagem às Nascentes do Rio São Francisco”, pág. 135).

A precariedade das residências, então observadas, deve-se, segundo estudiosos, ao nomadismo de muitos dos habitantes da época e ao isolamento em que viviam. “Bem poucas pessoas conhecem o luxo e bons cômodos da vida: habitam muitos anos em uma propriedade como quem está para abandoná-la a qualquer hora” (Raimundo J. Cunha Mattos – “Itinerário do Rio de Janeiro ao Pará e Maranhão pela Província de Minas” pág. 66).

“As casas em que vivem são pequenas e escuras e mesmo nas fazendas um pouco mais prósperas, a que pertence ao dono da propriedade não se difere dos alojamentos dos escravos” (Auguste S. Hilaire – “Viagem às Nascentes do Rio São Francisco”, pág. 119).

“...Vendo-se a sua propriedade, não era difícil acreditar que pertencia a um homem que, segundo me garantiram, comprava todos os anos de cinco a oito mil bois para enviá-los à Capital. Sua casa, que ele mesmo mandara construir, era pequena, baixa e de um só pavimento (...) O luxo não tinha ali feito grandes progressos” (Auguste S. Hilaire – “Viagem às Nascentes do Rio São Francisco” pág. 56).

Em sua maioria, malgrado alguns aspectos de rusticidade, as fazendas eram autossuficientes e fundamentais à economia de então. “Essas fazendas são aldeias isoladas em tamanho reduzido. Abastecem a vizinhança de artigos de primeira necessidade: carne seca, carne de porco e toucinho, farinha de mandioca e de milho, rapadura e cachaça, fumo e óleo, tecidos grosseiros e fios de algodão, café e vários chás de caparrosa e folha de laranja. Importam: ferro para ser transformado em ferraduras; sal, vinho e cerveja, charutos e cigarros, manteiga, louças, drogas e poucas outras coisas. Em geral, dispõem de ferraria, sapataria, chiqueiro (...) e um grande terreiro de galinhas” (Richard Burton – “Viagem de Canoa de Sabará ao Oceano Atlântico”, Ed. USP/Livraria Itatiaia, S.Paulo/B.Horizonte, 1976, pág. 104).

A POPULAÇÃO PRODUZ, O GOVERNO COLONIAL COME...

Por volta de inícios do século XVIII, surgiram os primeiros Registros ou Alfândegas coloniais. Eram verdadeiras barreiras fiscais internas, instaladas em pontos estratégicos, onde arrecadavam, conferiam vistos (era proibida a passagem de quem não possuía a guia especial fornecida pelas autoridades competentes).

Nos registros, cobrava-se de tudo. Tropeiros eram obrigados a pagarem os “direitos de entrada” sobre todos os bens que traziam. O naturalista George Gardner, em passagem por Minas, espantou-se com a voracidade tributária dos registros:

“...a umas dez léguas a mais do Chapéu de Uvas, em direção a Vila Rica, passamos pela primeira barreira que encontrei em uma estrada pública do Brasil. Todos os animais, carregados ou não, pagam aqui 30 réis por légua; soma que é também cobrada de pedestres. A distância daqui à barreira é de 10 léguas e paga-se aqui pela distância a percorrer até a próxima barreira, que era então o ponto terminal da parte completa da estrada” (“Viagens no Brasil principalmente nas Províncias do Norte e nos Distritos do Ouro e do Diamante durante os anos de 1836-1840” Coleção Brasileira, vol. 223, 1942, pág. 431)

FOLGUEDOS INFANTIS

Lembranças, brincadeiras de infância, entretenimentos de rua de antigamente – eis um acervo, um repertório a ser recuperado, remido, pois envolvem nossas raízes, nossa identidade folclórica, o mundo multicultural de que todos nós, brasileiros, fazemos parte.

Ao transcrevê-las, mormente suas letras, sua linguagem rítmica e cênica, temos em mente, possamos estimular professores, pais, monitores quanto às revivências e resgate do que constituíram diversos, inolvidáveis encantamentos das crianças de outras épocas e ainda como compartilhamento de experiências entre gerações.

O brincar é um direito humano, um direito da criança devidamente garantido em lei. Para atender suas especificidades, necessida-

des e finalidades vivenciais, em si mesma(s), a criança deve dispor de reconhecimento, de espaço, tempo livre, bem como recursos lúdicos, recreativos, por si educativos.

Através da brincadeira, interage-se com outras crianças e adultos, com objetos diversos, com a natureza. Observam-se regras de convivência, os papéis e diferenças sociais, os valores e normas vigentes de participação em sociedade. Exercita estratégias para lidar com conflitos, frustrações; desenvolve a tolerância, diálogo, reflexão e especialmente de colaboração mútua, solidariedade, respeito, cooperação.

FARINHADA

Vou fazer uma farinhada
Muita gente eu vou chamar (bis)

Só quem entende de farinha
Pode peneirar aqui (bis)

Vou chamar a Juliana
Para peneirar aqui (bis)

Só quem entende de farinha
Pode peneirar aqui (bis)

Um(a) líder é escolhido(a) para ir ao centro peneirar sua farinhada. Todos os participantes devem estar movimentando os braços como se peneirassem farinha, imitando o gesto do líder no centro da roda. Ao chamado do nome de cada criança, no momento determinado pela música, ela deve dirigir-se ao centro da roda, trocando de lugar com o líder e realizar o gesto de peneirar, enquanto o restante da turma, por imitação, peneira conforme o modelo. A cada chamado, o brincante troca de lugar com o outro. A brincadeira termina quando todos tiverem sido chamados.

Cinco formiguinhas
Cinco formiguinhas andando devagar
Uma entrou no formigueiro
Quantas faltam para entrar?
Quatro

Quatro formiguinhas andando devagar
Uma entrou no formigueiro
Quantas faltam para entrar?
Três

Três formiguinhas andando devagar
Uma entrou no formigueiro
Quantas faltam para entrar?
Duas

Duas formiguinhas andando devagar
Uma entrou no formigueiro
Quantas faltam para entrar?
Uma

Uma formiguinha andando devagar
Ela entrou no formigueiro
Quantas faltam para entrar?
Acabou!

Trata-se de uma canção de gestos. As crianças devem cantar, mostrando os dedos, simulando-os como se cada um fosse uma formiguinha. No decorrer da música, esconde-se um dedo de cada vez até que todos estejam escondidos, não restando nenhuma “formiguinha” fora do “formigueiro” – mão fechada

Borboletinha
Borboletinha,
Está na cozinha
Fazendo chocolate
Para a madrinha

Coti, coti
Perna de pau
Olho de vidro
E nariz de pica-pau

MAZU

Para dentro e para fora
Mazu, Mazu
Para dentro e para fora
Mazu, Mazu, Mazu

Eu lavo esta janela
Mazu, Mazu
Eu lavo esta janela
Mazu, Mazu, Mazu

Eu escolho meu parzinho
Mazu, Mazu
Eu escolho meu parzinho
Mazu, Mazu, Mazu

Eu danço bonitinho
Mazu, Mazu
Eu danço bonitinho
Mazu, Mazu, Mazu

Eu o deixo na roda
Mazu, Mazu
Eu o deixo na roda
Mazu, Mazu, Mazu

Cantiga também conhecida como “Mais um” (“Mazu” é aglutinação ou corruptela de “Mais um”) Estando a roda formada e parada, as crianças cantam a música, batendo palmas suave e ritmicamente. Uma criança (ou mais de uma, conforme o número de participantes) passa entre os demais brincantes, por dentro e por fora da roda, enquanto cantam o primeiro verso. No segundo verso, a(s) mesma(s) criança(s) entra(m) na roda e com as duas mãos girando, andando, faz gestos de lavar janela. A seguir, escolhe um parzinho e “dançam bonitinho”, fazendo gracejos. Após a dança, ela deixa o parzinho na roda, recomeçando a brincadeira.

O limão que anda na roda
O limão que anda na roda
Anda de mão em mão, ó limão! (bis)

Ele foi, ele veio
Ele aqui não chegou
Lá no meio do caminho
A princesa tomou
O limão que anda na roda
Anda de mão em mão, ó limão! (bis)

Chora, Mané
Não chora não
Chora porque
Não vê o limão (bis)
O limão que anda na roda
Anda de mão em mão, ó limão! (bis)

Estando as crianças na roda, passa-se um barbante para que o seguem, com as mãos separadas. Antes de unir com um nó as pontas do barbante, coloca-se um anel que circulará de mão em mão, enquanto todos cantam a música. Inicia-se a brincadeira: os participantes seguram o barbante com as duas mãos juntas e fechadas. Ao começarem o canto, os brincantes abrem os braços até encontrar as mãos dos colegas da esquerda e da direita. A seguir, os braços voltam à posição anterior, mantendo-se sempre o ritmo, a pulsação. O movimento de abrir e fechar os braços deve ser feito por todos ao mesmo tempo. Um participante, previamente escolhido, vai até o centro da roda para descobrir com quem está o anel que passa de mão em mão. Quando o brincante acha que sabe com quem está o anel, ele aponta para a pessoa, que abre então as mãos; se ela estiver com o anel, os dois trocam de lugar. Recomenda-se que o grupo combine com o(s) jogador(es) quantas vezes ele pode tentar adivinhar com quem está o anel e se haverá uma prenda a pagar. A cantiga prossegue ininterruptamente até o anel ser encontrado.



LARANJA

Laranja, oh laranja
Deixa o suco amarelo! (bis)

Troque o par e deixe o par
Meu amor é quem te quero
Troque o par e deixe o par
Meu amor eu te paquero



São formados dois círculos, um interno e outro externo. Um brincante fica fora, sem par. No círculo de dentro um grupo de crianças ficará sentado para cantar e bater palmas, enquanto no círculo de fora, formando pares com os de dentro, os brincantes aguardam o comando (da música ou ritmo) para trocar de par, para tal circulando na roda, trocando de lugar com o colega de lado. Enquanto todos cantam, a criança sem par brinca, girando em torno da roda, aguardando o momento exato para capturar um lugar. O que perder o lugar, fica sem par e procede da mesma maneira na busca de recuperar ou conseguir um lugar na roda. Poderão depois trocar os grupos.

OLARIA

A Bel vai ter que entrar
Na olaria do povo (bis)
Ela desce como um vaso velho e quebrado
Sobe como um vaso novo (bis)

O Vander vai ter que entrar
Na olaria do povo (bis)
Ele desce como um vaso velho e quebrado
Sobe como um vaso novo (bis)

A Diana vai ter que entrar
Na olaria do povo (bis)
Ela desce como um vaso velho e quebrado
Sobre como um vaso novo (bis)



Na roda, um brincante denominado "mestre", chama pelo nome um participante, que ficará no centro da roda, enquanto todos cantam a canção. Na parte que diz "ela desce como um vaso velho e quebrado / sobe como um vaso novo", a pessoa que está no centro da roda, se abaixa, se levanta, acompanhando a letra da música. O restante do grupo imita o companheiro. Quanto mais esses gestos forem exagerados e engraçados, mais divertido fica. Quando a canção termina, o mestre chama pelo nome outro participante para ficar no centro da roda e assim se reinicia a brincadeira.

LAVADEIRA

O sol vem nascendo ali
Apareceu uma velhinha assim
Com a trouxa deste tamanho
E a água pequenininha

Lava, lava, lavadeira
Quanto mais lava, mais cheira (bis)

O sol vem nascendo ali
Apareceu uma velhinha assim
Com a trouxa deste tamanho
E a água pequenininha

Bate, bate, lavadeira
Quanto mais bate, mais cheira (bis)

O sol vem nascendo ali
Apareceu uma velhinha assim
Com a trouxa deste tamanho
E a água pequenininha

Torce, torce, lavadeira
Quanto mais torce, mais cheira (bis)

O sem vem nascendo ali
Apareceu uma velhinha assim
Com a trouxa deste tamanho
E a água pequenininha

Seca, seca, lavadeira
Quanto mais seca, mais cheira (bis)

O sol vem nascendo ali
Apareceu uma velhinha assim
Com a trouxa deste tamanho
E a água pequenininha

Dobra, dobra, lavadeira
Quanto mais dobra, mais cheira (bis)

O sol vem nascendo ali
Apareceu uma velhinha assim
Com a trouxa deste tamanho
E a água pequenininha

Guarda, guarda, lavadeira
Quanto mais guarda, mais cheira (bis)

Cantiga de origem amazônica (Pará). Os gestos da brincadeira acompanham integralmente a letra da música. Assim quando a canção diz "O sol vem nascendo", as crianças apontam o céu. "Apareceu uma velhinha assim", imitam a velhinha. "Com a trouxa deste tamanho" abrem os braços. "E a água pequenininha" apontam para o chão como se vissem um corrego. "Lava, lava, lavadeira / quanto mais lava, mais cheira" fazem o gesto de lavar e depois cheiram a roupa. E assim prossegue a brincadeira.

Diário de um caixeiro viajante

Paulo Palumbo

No dia 30 de novembro de 1935, chegou a São Tiago um viajante que vendia cigarros da Cia. Souza Cruz. Ele queria arranjar um rapaz que o substituísse, pois estava meio velho, cansado e não queria mais viajar. Fez a proposta ao jovem José Alvim, e ele não aceitou. Fez ao meu irmão Setímio, e ele não aceitou. E o viajante dizia que a companhia pagava tudo nas viagens: cama, comida e até selos das cartas. Ele tentou alguém ali e acolá e não encontrou ninguém que quisesse. Fiquei sabendo das propostas dele e, como conhecia Belo Horizonte, fiquei entusiasmado, mas eu não serviria por ter apenas 18 anos e o mínimo de idade que era exigido eram 20 anos. Mas como ele não encontrou ninguém, aceitou a minha proposta. Esse viajante chamava-se Joaquim Antunes de Freitas (vulgo Petisco).

As viagens começaram. Eu só poderia ir aonde não havia estradas para automóveis e trens. Primeiro fui com ele para aprender como era. Saímos de São Tiago no dia dois de dezembro de 1935 e fomos para Resende Costa. No caminho da fazenda do senhor Carlos das Mercês, vimos um rapaz de seus 16 anos mais ou menos. Logo eu disse para o senhor Carlos que poderia levar o rapaz para Belo Horizonte para ele estudar e morar numa pensão, que ele só iria lucrar. O senhor Carlos aceitou e fomos os três. Chegando a Resende Costa, o senhor Carlos tinha comprado sete cavalos novos para levar para Belo Horizonte. Saímos de Resende Costa e dormimos na fazenda do senhor Marcos de Oliveira. Lá residia o genro dele, o José Augusto, casado com dona Carmem. No outro dia, dona Carmem deu-nos duas pencas de bananas para levarmos. Não é que as bananas duraram três dias! Três longos dias com os animais subindo e descendo pela serra. Passamos em Lagoinha e chegamos à estação do trevo para São João del Rei, rumo a Belo Horizonte e naquela época já havia estrada de automóvel de Belo Horizonte para o Rio. Eu e o garoto dormimos no quarto de despejo, e o patrão na casa do comerciante. No outro dia, seguimos o caminho pela estrada de automóvel. Foi o maior martírio. Eu nem te conto. Não houve jeito de seguirmos pela estrada de carro. Tivemos então de subir a Serra da Misericórdia. Eram seis quilômetros de subida. Paramos. Ficamos dois dias nessa serra sem água e sem comida. As bananas já tinham acabado.

O patrão ia sempre na frente, passava nas fazendas e se alimentava bem. Eu e o menino e os cavalos ficamos perdidos na serra. Sufoco que eu nem gosto de lembrar. Eu só sei que, com muito custo, nem sei como, chegamos a Itabirito. Lá encontramos o patrão. É que eu sabia que ele vendia calçados para Antônio Cavaliere e então nos dirigimos para a casa desse tal. Lá havia muitas moças e elas gostavam muito dos cavalos e se divertiram muito com os que levávamos. Elas prepararam um ótimo lanche para nós e depois foram andar a cavalo. Deixei lá o meu cavalo e os meus bagulhos de viagem.

Pegamos um ônibus e rumamos para Belo Horizonte. Em BH procuramos o senhor Joaquim Antunes que tinha uma pensão na rua Uberaba, em cima da casa Azul. Fiquei dois dias lá. Fomos à companhia Souza Cruz e recebi do gerente instruções de como comprar e o quê. Eu tinha levado setenta mil réis. Comprei um terno de casimira cinza por cinquenta mil réis. Num desses dias em que estava na capital, fomos a um leilão. Arrematei um guarda-chuva por treze mil réis.

No dia 12 de dezembro de 1935, o senhor Antunes disse-me que eu já podia viajar sozinho: “Pega o trem para Raposos, paga oitocentos réis, depois vai para Itabirito, não compra passagem, é só dar ao chefe 5.000.” Mas quando fui perguntar quanto custava a passagem, ele disse 6.000. Eu acabei comprando, pois lembrei que meu pai me recomendou aos sair: “Ande sempre na linha.” Depois que entrei no trem, veio o chefe. Havia oito passageiros sem passagem. O chefe os fez descer do trem. Ah! Meu pai tinha razão.

Cheguei a Itabirito só pensando em meu animal e nos meus pertences, mas felizmente encontrei tudo em ordem. Sai no mesmo dia, fui a Rio das Pedras, voltei para São Gonçalo do Amarante, terra de grandes plantações de alho. Fui ainda a Catas Altas de Noruega, Itaverava, São



Sebastião da Boa Vista. Nesta última cidade, um lance inesquecível: dormi numa casa de cachorro. Dá para acreditar? Segui até Lamim. Lá dormi numa pensão de um sapateiro. Quando acordei, os ratos que havia por lá tinham comido minha única gravata e até as unhas dos meus pés. Fui seguindo caminhos, caminhos de Minas. Segui até Pedra Branca, lá dormi na casa de um negro. Caminhei. Caminhei tantos caminhos outros: Ouro Branco, Lafaiete, São Brás do Suaçuí e Entre Rios de Minas. Deste último tomei o rumo de casa. Sai de Entre Rios à tarde e custei a achar uma fazenda para alguém me dar pousada. Nessas minhas andanças o pior era imaginar onde dormir. De dia tudo era festa, mas quando ia ficando de noite...

Mas até que enfim achei uma fazenda em que eu pudesse dormir. Foi um colono que me deu pousada, com muito custo. É que ele dizia que havia um boi zangado por lá. Eu não acreditei, mas quando foi lá pelas tantas, perto de meia-noite, veio o tal boi arrancando porteiras e tudo. Um barulhão daqueles! Tivemos que dormir em cima da casa.

No outro dia, era sábado, dormi na fazenda de José Resende que ficava perto da fazenda de Marcos de Oliveira. Naquele dia era o casamento da filha do senhor Marcos. Domingo cedo no caminho encontrei muitas pessoas que tinham ido ao casamento, inclusive o Sanico, genro do senhor Marcos. Somente às quatro horas da tarde eu cheguei a São Tiago. Encontrei-me com o Chico Resende, ele ficou muito alegre ao me ver e me disse que meu pai e meus familiares estavam muito aflitos porque não tinham recebido notícias minhas.

Terminada essa missão, fui embora para casa. Chegando em casa, foi a maior maravilha, uma alegria só! Mas meus pais não quiseram que eu viajasse mais.

O meu pai foi então acertar as contas com o senhor Antunes. Ele só pagou 5% de tudo, sendo que eu recebia 8% da Cia Souza Cruz. Ficou por isso mesmo.

Nesse meio tempo, meu pai comprou, junto com Durval Matta, a Cia Força e Luz Santiaguense. Eles nomearam a empresa da PALUMBO MATA & CIA. Eu fiquei como cobrador da luz na praça de São Tiago. Quem tinha medidor pagava 15\$200; quem não tinha pagava 4\$00. O mínimo era 2\$200.

Paulo Palumbo

(Extraído do livro *Minha Vida de Caixeiro Viajante* – págs. 4,5 e 6)

NOTA: Fica aqui nossa homenagem ao Sr. Paulo Palumbo, recentemente falecido.